



Apresentação

∞ CLÓVIS BRIGAGÃO* E SILVÉRIO ZEBRAL**

*DIRETOR-ADJUNTO DO CENTRO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.

**COORDENADOR ACADÊMICO DO PROGRAMA DE ESTUDOS INTERAMERICANOS
DO CENTRO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.



Em Julho de 2005 chegamos à marca dos dois anos e meio de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde sua posse, em 1 de Janeiro de 2003 – dia de meio-sol e meio-chuva, quiçá anunciando os anos de esperança e turbulência que se seguiriam – mesmo aqueles que não votaram na chapa presidencial Lula-José de Alencar, aliança inusitada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL) assistem com interesse o desenrolar daquele dia.

Através das urnas e da ampla presença popular nas ruas e praças de todo o país, a sociedade brasileira dava uma grande demonstração de pretender mudar o panorama da política brasileira, a partir de então caudatária da ética no trato da coisa pública e voltada para o enfrentamento dos graves problemas sociais brasileiros. Enfim, a democracia refundada agora em novos termos, promotora do desenvolvimento, da justiça e da equidade social.

Passados quase três anos daquele festivo dia, é tempo de proceder-se a uma análise mais detida das políticas que orientaram a atuação do Governo – no contexto interno e no setor externo – desde o período de transição (Outubro de 2003 – Dezembro de 2003) até os dias de hoje.

A suave transição de Governo – realizada em clima de cooperação entre os grupos de técnicos do primeiro escalão de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB) e de Lula (PT) – sinaliza que o Brasil havia amadurecido politicamente e que as instituições democráticas estavam definitivamente consolidadas, uma vez capazes de viabilizar sem maiores sobressaltos a emergência ao poder de um grupo político que, até então, acenava com mudanças radicais na condução da política econômica e propunha rupturas e novas geometrias de poder internacional.

Com a posse, o país viveu uma catarse coletiva que representou a superação da ameaça de um Governo «bicho-papão» de esquerda. Dizia-se então – e o *marketing* propagava – que «a esperança vencera o medo». E assim, entramos na era do ex-torneiro mecânico e ex-líder sindical Lula, eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As primeiras medidas tomadas pelo novo Governo na área econômica, consubstanciadas no documento «Carta ao Povo Brasileiro» seguiram os cânones mais ortodoxos da política econômica implementada pelo Governo anterior: compromisso com o modelo de metas de inflação, *superávit* primário, acordo com o Fundo Monetário Internacional e câmbio flutuante. Tais medidas acalmaram o mercado e os investidores internacionais, tornando o Governo recém-chegado *palatável* aos paladares mais conservadores

Mas como cumprir com os compromissos históricos de um partido de esquerda e de orientação marxista, implementado tal programa econômico, caracterizado por quadros petistas mais radicais de «neoliberalismo radical»?

O primeiro foco de conflito político derivado do exercício de um Governo do possível deu-se no interior do próprio PT e resultou, tempos depois, na expulsão de alguns de seus militantes históricos.

Com o desenrolar do mandato, o conflito entre Governo e partido ganhava força à medida que a ação governista adaptava-se – a contragosto daquelas esperanças – às limitações impostas pela gerência cotidiana do poder. Na Reforma da Previdência, pivô da luta dos trabalhadores pela estabilidade no emprego, o Governo petista sepulta a garantia previdenciária para os que sempre estiveram ao seu lado.

Se não bastasse o conflito entre um projeto voluntarioso e a realidade lúgubre, emergiam problemas associados à gestão dos programas prioritários, em especial no âmbito dos programas sociais federais de transferência de renda – rebatizado como Bolsa-Família e o programa-estandarte Fome Zero, destinado à erradicação da fome. Em que pese a grande mobilização inicial, em poucos meses parecia que ações não funcionavam bem, tanto no que diz respeito à focalização dos beneficiários quanto à geração de resultados efetivos para estes últimos.

Passados quase três anos, tais programas – característicos do «modo petista de governar» carecem de indicadores de efetividade robustos para que se possa afirmar que a fome, a pobreza e a desigualdade no país tenha diminuído substantivamente com a administração do PT. A propaganda oficial do «Brasil Para Todos» continua no ar... apenas no ar.

No meio do caminho, pedras. Chega o ano de 2004 e com ele – garantida a estabilidade econômica com a política ortodoxa do ministro da Fazenda Antonio Palocci – o enfrentamento da primeira crise política do novo Governo. Waldomiro Diniz, colaborador muito próximo do mais poderoso homem da República, o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, envolve-se num escândalo de corrupção e é flagrado recebendo propinas de um grande chefe da jogatina nacional, o bicheiro e bingueiro Carlinhos Cachoeira. Em resposta, o Executivo afasta o assessor e edita Medida Provisória fechando todas as casas de bingo no país. O escândalo ocupa a imprensa e o desgaste político preocupa o Palácio do Planalto.

No atendimento dos imperativos da governabilidade – imposto pela ausência de uma maioria própria no parlamento – e da competitividade eleitoral futura – imposto pelo descompasso entre a vitória ao nível federal e contundentes derrotas nos Estados e municípios da Federação – o PT flerta com o jogo perigoso do «troca-troca» de partidos incentivados por promessas de repartição do poder e de toda ordem, investindo pesadamente no alargamento de sua base de apoio no Congresso, operação iniciada em Março de 2003.

No âmbito do Legislativo, o que seria a continuidade natural da regra re-

gimental para a eleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado (proibição da reeleição) e da regra tácita de condução do candidato do partido de maior representação proporcional ao cargo de Presidente, transformou-se em cenário do maior fracasso da coordenação política do Governo. Ao tentar impor o candidato petista a uma base de apoio amargurada com o descaso do PT com os partidos aliados nas eleições municipais de Outubro de 2003, emerge como Presidente da Câmara dos Deputados o rei do baixo clero, deputado Severino Cavalcanti, candidato dos interesses corporativistas e dos instintos do «vale tudo pelo poder» presentes no Parlamento brasileiro. O Executivo vê-se forçado a uma relação *ad hoc* com o Legislativo que, por sua vez, faz saber a nação que vê-se como «independente».

Soma-se a este desarranjo na coordenação política dos interesses do Governo, a indisciplina partidária desde o próprio PT, a fragmentação e o comportamento oportunista da base aliada, a armadilha do crescimento abortado pelos juros altos (a despeito dos resultados positivos do setor externo), o difícil relacionamento com a imprensa, o inconformismo sempre presente do Vice-Presidente José de Alencar e o viés centralizador e algo autoritário dos projetos de controle social do jornalismo, dos meios de comunicação, da educação superior e da organização sindical. Está formado o cenário de esgotamento do capital político do Executivo.

O ano de 2005 chega com a nação perguntando-se sobre o prometido «espetáculo do crescimento»: os dividendos de longo-prazo da estabilização – garantidos pelo regime de metas de inflação e pelo reversão do declínio da taxa de juros – parecem insuficientes às aspirações da classe média, duvidosa da capacidade do Governo de entregar os benefícios econômicos e sociais de curto-prazo apregoados em seu Programa do Governo. Ainda que os resultados da economia estejam acima do esperado (aumento das exportações, *superávit* primário, inflação sob controle), o remédio amargo dos juros e os efeitos adversos sobre o nível de emprego só fazem por aumentar o grau de insatisfação quando cotejados com a promessa de dez milhões de novos postos de trabalho.

As dificuldades no manejo do Governo e a patente falta de inclinação e interesse do Presidente para o envolvimento direto no cotidiano da administração governamental, trazem o tema da reeleição para o centro do debate político. O Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores estavam preparando-se para o que davam como certo: a reeleição do Presidente. Intensificou-se o uso da máquina do Estado – já devidamente ocupada por militantes do PT num grau sem precedentes – para a formação do palanque eleitoral de Lula para o pleito de 2006.

Estamos nos aproximando do Inverno em que os dias escurecem mais

cedo e na situação política nacional anuncia-se o «fogo amigo» de um dos líderes da base aliada do Governo, acuado pelo o escândalo de corrupção na companhia estatal de Correios. Surgem evidências de corrupção endêmica no alto escalão do Governo Federal, com o envolvimento direto de homens de confiança do Presidente Lula e da cúpula do PT.

O vigor da alegria da posse deu lugar às sombras. A esperança que venceu o medo parece agora derrotada pela dúvida que cerca o pretense «comportamento ético» dos que propagavam ser os guardiães da ética na política. Malas, delatores, cartas, escutas, gravações e todo arsenal típico dos escândalos de corrupção documentados na era da informação percorrem os corredores e os cofres de empresas estatais, bem como o imaginário do brasileiro. E, a cada novo lance, a crise aproxima-se do Palácio Presidencial, bate à porta da Casa Civil e leva o seu todo-poderoso chefe, José Dirceu, atingindo ainda dirigentes do próprio partido do Presidente.

Restam-nos ainda alguns meses até as eleições de Outubro de 2006. É difícil determinar o resultado da grave crise política. Quanto ao futuro do Governo Lula e o projeto político hegemônico petista para dois, três ou até mesmo quatro mandatos presidenciais parece cada dia mais sepultado. Por outro lado, não parece haver lugar para golpe, ruptura institucional ou mesmo para a redução do mandato presidencial, como ocorreu com o ex-Presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, que saiu um ano antes de terminar seu mandato. Mas também parece não mais haver tolerância com o funcionamento dos podres poderes da República. É preciso lançar-lhes alguma luz, ainda antes do Verão chegar.

Lançar luzes sobre os caminhos de República nos primeiros anos de Governo Lula é o empreendimento coletivo a que se dedicaram os colaboradores deste volume, cujas contribuições podem ser aproveitadas pelo leitor nas páginas que se seguem.